



SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL

4º SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DE RIO POMBA 7, 8 E 9 DE AGOSTO DE 2008

O 4º Seminário de Educação do SINASEFE foi sediado no Cefet da cidade de Rio Pomba, em Minas Gerais, sendo organizado pelo SINASEFE Nacional e pela Seção Sindical do SINASEFE de Rio Pomba

Um dos temas mais polêmicos, ainda na manhã do segundo dia do evento, foi uma avaliação sobre a Rede Federal de Educação Tecnológica que contou com a participação do CONEAF, SINASEFE e MEC/SETEC.

Nesse momento, a tônica foi a análise das entidades sobre os programas e modalidades de ensino que o MEC está inserindo na Rede e que compõem o PDE, a exemplo, da UAB, do E-TEC e do PROEJA. Os questionamentos foram bem contundentes quando se confrontou as práticas comuns dentro da Rede a métodos conservadores de educação nos cursos oferecidos.

Outro ponto que não podia deixar de ser evidenciado foi a nova configuração da Rede: o surgimento dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O debate foi bem amplo e a avaliação foi positiva. Os pontos fortes foram os questionamentos acerca da expansão de escolas como prédios construídos e a deficiência de profissionais para abranger toda a demanda de alunos nessas escolas.

O coroamento do debate foi a palestra do Prof. Francisco Sobral, pertencente à Rede, que fez uma análise sobre o papel do mercado globalizado na Rede Federal de Educação Tecnológica.

O debate foi instigante, pois os participantes questionaram o atrelamento dos Institutos aos ditames do mercado de trabalho. Uma realidade já visível em várias escolas da Rede é a existência de laboratórios de empresas de grande porte nas escolas, além de participantes dessas empresas nos conselhos superiores das escolas.

Algumas diretrizes foram adotadas a partir dessa discussão, como:

- O SINASEFE ter como bandeira de luta a defesa do currículo de ensino integrado; a aproximação com os movimentos sociais; participação na construção de PPP, PDI e outros; elaborar textos sobre politecnicidade para estudo das seções sindicais;
- Construir uma nova educação é construir uma nova sociedade (são indissociáveis), caso contrário, seremos gestores dos projetos do governo que naturalizou o mundo capitalista.

As tardes foram imensamente ricas, partindo de uma dinâmica que divide o grande grupo em subgrupos para debaterem questões pontuais.

Este texto pretende dar um enfoque geral sobre esses debates, classificando pelos temas propostos e assim dando uma visão geral sobre o entendimento de cada um daqueles subgrupos acerca do tema direcionado.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE GRUPOS

GRUPO I

EAD: E-TEC e UAB

Para iniciar os trabalhos do grupo, houve a proposição de uma análise sobre o Decreto 6.301/07, que institui o SISTEMA ESCOLA TÉCNICA ABERTA DO BRASIL: O E-TEC. Questionou-se a consistência nas novas modalidades de ensino na Rede e sobre qual o posicionamento do SINASEFE acerca e quais as direções operacionais que o sindicato propõe.

Lembramo-nos de que modalidades experimentais na Rede podem ou não dar certo. No sistema de universidade aberta exige-se esforços extremos tanto dos alunos quanto dos professores, presenciais ou não. Destacamos que o estudante brasileiro ainda não tem o hábito e a desenvoltura para estudar sozinho, de fazer a escolha do que deve e precisa estudar, pesquisar, programar e organizar. Não existe uma tradição nesta prática de ensino dentro das nossas escolas, onde o aluno pode ser livre para escolher o que ler, o que ouvir, como organizar o tempo, etc.

Alguns questionamentos foram levantados:

Como construir a educação emancipatória na Rede Federal de Educação Tecnológica?

Qual a condição para que o aluno fique realmente capacitado para o trabalho e possa construir seu conhecimento?

As dificuldades maiores para o bom andamento dos cursos e para evitar um grau de evasão alta estão na operacionalização, na desvalorização do professor, na falta de investimento na formação desses profissionais, na falta de diálogo com o governo. É difícil ele abrir para a discussão.

Quanto aos propósitos do governo de abrigar todos estes projetos nos Institutos, o questionamento é: como uma macroestrutura centralizadora poderá cumprir seu papel de forma satisfatória, sem que hajam medidas mais abrangentes? Só a existência de paleativos não resolve o problema da educação no Brasil.

E quanto aos desafios propostos para os profissionais da Rede, o grupo chegou à conclusão de que a opção pelos cursos à distância não é dos melhores caminhos, porém uma opção de estudo, apesar das limitações e sacrifícios.

Não é uma experiência das mais seguras para a formação de jovens que não se encontram prontos para enfrentar a luta.

O SINASEFE, por meio da pasta de Políticas Educacionais defende veementemente a garantia para todos da educação formal de qualidade, onde a presença do professor é sempre necessária para a formação do aluno.

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Logos indissociável. Quando integrado, leva a experiências bem sucedidas na Rede. Em geral, as instituições ainda faltam sistematizar este tripé. Em diversas instituições, com ênfase nas Agrotécnicas, a pesquisa ainda tem um caráter de iniciação científica (feiras, amostras). O ensino, como prática humana que necessita lançar mão de metodologias, não pode deixar-se engessar. Há que qualificar os sujeitos do processo educativo, senão, eles não irão acompanhar o tempo do aluno. Ao mesmo tempo, precisamos criar uma cultura dentro das instituições de que tanto a pesquisa quanto a

extensão são fundamentais para a educação tecnológica. Obviamente, as atividades extra - sala de aula são estas: a pesquisa e a extensão. Cabe ao professor encontrar seu lugar, de acordo com o seu perfil profissional. Sabemos que a carga horária de pesquisa deve ser computada em sua totalidade, assim como as atividades de extensão.

Cada instituição deve possuir um plano de qualificação com critérios, com regras bem definidas e sem discrepâncias entre elas.

O grupo questionou o porquê do MEC não ampliar mais a promoção de uma rede de informações acerca dos trabalhos científicos existentes.

Há uma crítica ao fato de mestres e doutores ocuparem cargos administrativos que muitas vezes fogem de sua competência, deixando a desejar seu comprometimento com a pesquisa. Há um fenômeno corrente nas instituições da Rede em que professores que possuem mais tempo de serviço demonstram pouco interesse para com a pesquisa e, por vezes, até mesmo para com a própria qualificação.

Os questionamentos levantados pelo grupo acerca do tema: ensino, pesquisa e extensão foram:

Extensão – para quem? A que interesse? Qual o seu caráter para a instituição?

Há um projeto de extensão nas instituições?

Há uma discussão acerca do funcionamento desse tripé no processo de transformação da rede em institutos?

E quanto à inserção dos alunos nos projetos de pesquisa, inclusive com bolsas de estudo?

Qual o papel das fundações nessas atividades de pesquisa e extensão?

É necessário dar ciência à comunidade dos projetos de pesquisa realizados?

Divisão de carga horária entre os professores de maneira equânime, de forma que cada professor possa fazer escolhas?

Extensão rural e engajamento social: maneiras de intervenção local?

Quanto aos desafios propostos: Romper com a visão fragmentada do tripé - ensino, pesquisa e extensão.

Professor deve ser um fomentador da pesquisa para atender a sociedade.

Investimento na qualificação e na remuneração dos profissionais da educação.

Quais as pesquisas que são realizadas no âmbito do ensino médio e no subsequente?

GRUPO II

LICENCIATURAS

O grupo avaliou que não se pode jamais ser contra a expansão da Rede, desde que ela venha para oferecer um ensino público de qualidade.

Neste sentido, entende-se que é necessário oferecer cursos de licenciatura. Porém há críticas muito graves à forma como esses cursos estão sendo implantados, com a utilização de programas de pouca consistência limitando-os ao tecnicismo da Rede.

Propostas são apresentadas em detrimento de outros cursos de graduação, sem tempo hábil e para discutir e construir outras propostas com qualidade.

Há necessidade de uma reflexão crítica sobre a proposta de implantação de licenciaturas, bem como os critérios de criação dessas licenciaturas contextualizados nas diferentes realidades nacionais, com estudos incluindo os modelos de matrizes apresentados pelo MEC.

Acredita-se aqui, nesta discussão, que os cursos devem garantir a qualidade dos licenciados, tornando-se fundamental uma política de capacitação dos professores para a Rede, para que estes lecionem nas licenciaturas. Capacitação que deve acontecer previamente à implantação das mesmas.

Temos falta de professores especializados para desenvolver um trabalho de qualidade. Verifica-se que para suprir essa lacuna, professores de outras áreas assumem disciplinas diversas.

Ao implantar as licenciaturas deve-se ter como princípios formar professores de qualidade, com programas e condições materiais, garantindo uma infra-estrutura física e tecnológica, bem como investir nos recursos humanos que priorizem a garantia de uma educação que promova a emancipação dos seus sujeitos.

GRUPO III

PROGRAMAS: PROEJA, PROJOVEM, ESCOLA DE FÁBRICA, TEC-NEP.

Dos programas mencionados acima, o único que está sendo implantado na Rede e tendo uma atuação satisfatória é o PROEJA, que será o foco principal da avaliação feita pelo grupo. Ele diagnosticou que as dificuldades são muitas para o PROEJA: instituições com grande número de evasão nos cursos noturnos, existência de uma única turma e apresentando dificuldade para abertura de novas matrículas para dar continuidade ao programa, dificuldade de construir grade curricular e dificuldade de adaptação dos alunos e falta de discussão na comunidade escolar, como uma motivação.

É necessário construir espaços democráticos de discussão, que sejam adequados, na construção das diretrizes para a educação que queremos atuar, como minorias ativas, para que os seguidores desenvolvam um esforço cotidiano na busca de uma educação emancipatória que tenha como objetivo ser um agente estimulador de transformação de comportamento.

Os questionamentos do grupo foram diversos, como:

Como executar esta tarefa que nos foi dada da melhor maneira possível?

Como a escola deve estimular a procura pelos programas?

Discussões problematizadoras acerca das histórias de vida dos sujeitos envolvidos são necessárias?

Como pode existir baixa demanda e alta evasão se os indicadores sociais indicam existência de número significativo de adultos com baixa escolaridade?

Os desafios aqui apontados são extremamente fortes. Precisa-se de disposição, paciência e resistência para discutir o que significa currículo integrado.

Há na rede a necessidade de discutir a educação como um dos instrumentos de transformação da sociedade.

Ter claro se queremos, como entidade sindical, ser agentes de transformação da sociedade.

Construir uma nova educação é construir uma sociedade, são indissociáveis, senão nos tornamos fracós.

GRUPO IV

PROJETO DE LEI 3.775/2008

Foram destacados vários pontos que apontaram para a necessidade de formular propostas de modificação do projeto de lei e para o aprofundamento do debate sobre vários temas a seguir relacionados.

O texto do PL apresenta o advento dos institutos como um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica. Esta afirmação foi contestada pelo grupo em razão das atribuições e natureza jurídica do CEFET já apresentar as mesmas atribuições. A diferença fica por conta da definição desses institutos como instituição de educação superior.

O grupo questionou e se posicionou contrário a não citação do Colégio Pedro II, do INES, do IBC e dos Colégios Militares como instituições da Rede Federal de Educação Tecnológica.

A análise do grupo se expressa para a submissão da Rede ao Mercado de Trabalho ao orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimular a pesquisa aplicada, o empreendedorismo, constituindo-se em centro de excelência do ensino de ciências e qualificar-se como centro de referência à oferta do ensino de ciências nas escolas públicas e priorizando a divulgação científica. Estes objetivos, no entendimento do grupo estão distanciados da realidade da maioria das escolas da Rede, cuja vocação histórica sempre foi promover a formação de técnicos de nível médio com qualidade e, nos últimos anos, a promoção de cursos de tecnólogos como verticalização da educação profissional e tecnológica. O grupo entende que esta mudança de identidade de forma impositiva e generalizada, sem levar em conta a história de cada escola e as suas condições, certamente determinará a perda de identidade da Rede Federal cujas conseqüências são imprevisíveis. O grupo defende que o SINASEFE deve primar pela defesa do que identifica a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: realização de Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado, de Cursos de Tecnologia e Licenciatura para as disciplinas da Área Técnica, ou Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica.

O grupo chama a atenção para a chamada pública do governo a respeito de Licenciatura em EPT e defende a participação do Sindicato nesta questão, apresentando a sua proposta. Outro aspecto levantado no grupo é quanto à necessidade de dispormos de dados estatísticos em relação aos diversos aspectos da educação profissional e tecnológica como: número de alunos que ingressam, evasão e número de alunos que concluem os cursos, entre outros.

O grupo também questiona a definição de forma generalizada na oferta de vagas quer para o ensino técnico quer para as licenciaturas ferindo o princípio da autonomia. Entende que não há autonomia pela metade.

Por fim o grupo chama a atenção para a gravidade da afirmação de que a proposição legislativa não importará em aumento de despesas. O grupo defende imediata manifestação do SINASEFE contestando o governo diante desta afirmação que considera muito perigosa e uma contradição inexplicável.

PROPOSTAS DO GRUPO PARA A DN DO SINASEFE:

- 1 – Que a DN publique orientações sobre como utilizar o site da Câmara e do Senado para o acompanhamento da tramitação do PL;
- 2 – Propor o acréscimo do Colégio Pedro II, INES, IBC e COLÉGIOS MILITARES no art. 1º, como instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- 3 – Suprimir o Inciso III do Art. 1º - O grupo entende que este inciso fere a autonomia das Universidades e que se inclua ou não também as Universidades Federais. A inclusão das Universidades deve ser decidida com a participação também dos seus trabalhadores e de suas entidades representativas como o ANDES;
- 4 – Que a DN encaminhe a análise e o debate a respeito das implicações técnicas e jurídicas do que estabelece o caput do Art. 2º que define IFETs como instituições de educação superior, em especial a questão previdenciária e a comparação com o estabelecido na LDB a respeito da educação superior;
- 5 – Identificar a legislação pertinente e analisar as implicações do que é estabelecido no § 1º do Art. 1º do PL;
- 6 – Identificar a legislação e debater as implicações da expressão acreditadoras conforme estabelece o art. 2º no seu § 2º;
- 7 – Suprimir o Art. 4º;
- 8 – Realizar o debate com os trabalhadores das Universidades sobre a participação das Escolas Vinculadas às Universidades Federais na Rede que este PL cria;
- 9 – Que a Direção Nacional do SINASEFE promova estudo a respeito da legitimidade e legalidade do processo coordenado pelo MEC que culminou na definição do nº e composição dos IFETs relacionados no Art. 5º para que a partir deste estudo a entidade se posicione a favor ou contrário ao que estabelece o Art. 5º.

RESOLUÇÕES FINAIS DO IV SEMINÁRIO DE RIO POMBA:

1. PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS.
2. CRIAÇÃO DE GT PE NAS SEÇÕES SINDICAIS.
3. INTERVENÇÃO NOS PPI DEFENDENDO OS PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS EMANCIPATÓRIOS.
4. FAZER MAPEAMENTO DOS PROGRAMAS NA RFEPT COM DADOS ESTATÍSTICOS E SOCIALIZÁ-LOS COM OS GT DE BASE
5. CRIAR E-MAIL DA PASTA E DISPONIBILIZAR NO SITE DO SINASEFE
6. AUDIÊNCIA MEC E CÂMARA SOBRE PL
Discussão com Relator – urgente
Mandar lista dos Deputados da Comissão de educação
Disponibilizar relatório e DVD do Seminário